



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001844-60.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos**
Requerente: **Adriano Pedro de Oliveira**
Requerido: **Mdr Conteudo e Publicidade Na Internet Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja ao ressarcimento de danos morais eis que sustenta a divulgação indevida de matéria jornalística, que acarretou em danos à sua imagem e sua à honra, razão pela qual a empresa ré deve ser responsabilizada civilmente em virtude da divulgação de uma notícia falsa.

Com efeito, o cerne da controvérsia consiste na verificação se a empresa requerida divulgou a notícia de forma ilícita, configurando a hipótese dos artigos 186 e 187 do Código Civil, bem como do artigo 5º, inciso X, da


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Constituição Federal.

Ora, independentemente de qualquer emissão de juízo de valor sobre tal notícia, resta patenteado que ela em momento mencionou o nome autor e também às condições precisas do acidente, e sequer as imagens reproduzidas são capazes de identificar com precisão a pessoa acidentada.

Destarte, inexistente qualquer dúvida de que a empresa ré agiu com boa-fé, não se constatando a presença de dolo de ofender a honra ou a imagem do autor.

Não se pode olvidar também que a empresa ré tem amparo constitucional para informar a população, baseando-se nos dados obtidos perante órgãos públicos e particulares, pois percebe-se claramente que a notícia veiculada na internet pela empresa ré se baseou no Boletim de Ocorrência (BO) registrado pela Polícia Militar (fls. 17/20).

Corroborando este entendimento, a jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

"RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA JORNALÍSTICA CONSISTENTE EM SÉRIE DE PUBLICAÇÕES CONSIDERADAS OFENSIVAS POR ATRIBUÍREM PRÁTICA DE DELITOS AO AUTOR, POLICIAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO, ENTRETANTO, DE EXCLUDENTE, DERIVADA DE PURA DIVULGAÇÃO JORNALÍSTICA. PROVIMENTO. 1.- Publicação de série de escritos jornalísticos, originados de informações contidas em informações do Ministério Público e da Polícia Federal não configura ilícito apto a desencadear indenização por dano moral, ainda que lançada em linguagem incisiva e dura. 2.- Imprecisões técnicas de linguagem, atinente a matéria jurídica, como significado de folha de antecedentes, cancelamento de registro de inquéritos e outras, bem como do sentido de arquivamento e absolvições, não implicam dano moral, quando não visualizado dolo implícito no uso inadequado dos termos. 3.- Atividades típicas de crimes contra a honra - injúria, calúnia e difamação - não configuradas, à ausência de adjetivação e adverbiação nos escritos e, ainda, à não evidência de dolo consistente na intenção de ofender. 4.- Recurso Especial provido, ação julgada improcedente." (RESP 1305897, Relator SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJE DATA:18/09/2012).

Portanto, dessume-se que a empresa ré atuou dentro dos limites legais e constitucionais no exercício da sua atividade jornalística, sendo certo que não ocorreu nenhum ilícito apto a ensejar a violação de direito da personalidade do autor.

Em consequência, não vislumbrando qualquer perspectiva de configuração de dano moral a partir das imagens de fls. 27/33



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, julgo improcedente o pedido do autor, com fulcro no artigo 269, inciso I, do CPC, mas deixo de condenar em custas e honorários advocatícios com base no artigo 55, *caput*, da Lei 9.099/95

P.R.I.

São Carlos, 04 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**